



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE MIRADOR-
PR, E A EMPRESA FARIAS E KOSHIBA
COMERCIAL LTDA-ME, NOS TERMOS DO
PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2018.**

CONTRATO N.º 033/2018.

ID-TCE/PR N.º 1224/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRADOR, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Avenida Guaíra, 153 - CEP: 87.840-000, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.475.442/0001-93, neste Ato representado por seu Prefeito, Sr. **Reinaldo Pinheiro da Silva**, residente e domiciliado nesta cidade portador da Cédula de Identidade RG n.º 37420135/SSP-PR e do CPF/MF sob n.º 523.491.799-15 e:

CONTRATADO: **FARIAS E KOSHIBA COMERCIAL LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Nelson Moreira Batista, N.º 779, Quadra 12, Lote 15, sala 01, Jardim Oasis, CEP: 87.703-610 na Cidade de Paranavaí-PR, devidamente escrita no CNPJ/MF Sob n.º 26.442.656/0001-58, neste ato representado por Juliana de Almeida Farias Koshiba, brasileira, residente e domiciliado na Rua Nelson Moreira Batista, N.º 779, Quadra 12, Lote 15, Jardim Oásis CEP: 87.703-610 na Cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF/MF Sob n.º. 077.668.709-32, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, em consonância com todos os elementos da Lei Federal 8.666/93 com as alterações da Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, do processo licitatório, **Pregão Presencial n.º 021/2018**, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato obedece às normas fixadas na **Pregão Presencial n.º 021/2018**, combinado com os ditames da Lei Federal 8.666/93, alterada pelas Leis 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98 e 9.854/99, e Lei Federal n.º 10.520/02, bem como às condições abaixo relacionadas, declarando as partes terem integral conhecimento do texto legal relacionado e que a eles se submetem.

CLÁUSULA SEGUNDA-DO OBJETO

O presente pacto tem por objeto a contratação de empresa especializada para a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA INSTRUMENTOS MÚSICAIS E AQUISIÇÃO DE VIOLÃO E BATERIA ACÚSTICA COMPLETA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MIRADOR - PARANÁ.**

ITEM	QDE	PRODUTO	Valor	Valor T
01	10	ENCORDAMENTO P/ VIOLÃO NYLON, PROPICIAM UM TIMBRE BRILHANTE COM UMA ÓTIMA QUALIDADE E DURABILIDADE.	39,98	399,80



02	04	JOGO DE TARRAXAS EM METAL COM ACABAMENTO NÍQUELADO, PARA SEGURAR E PROPORCIONAR A AFINAÇÃO DO VIOLÃO (CORDAS DE NÁILON).	37,98	151,92
03	04	Fonte p/ teclado de imput AC 100 a 240 v 50/60 HZ 0.2 A output: 12v 2.0A	29,98	119,92
04	10	BATERIA 9V ALKALINA	14,99	149,90
05	05	VIOLÃO ACUSTICO PROFISSIONAL TAMANHO PEQUENO PARA ALUNOS DE 8 A 11 ANOS, ENTRE 1,35 M E 1,5 M, PRECISAM DE UM VIOLÃO QUE SEJA 3/4 EM RELAÇÃO AO TAMANHO PADRÃO PARA CRIANÇAS	299,98	1.499,40
06	01	Bateria acústica completa com 5 peças, com pedal e com máquina de chimbau com dois pratos de 14", e um banco, dois pedestais para os pratos e com dois pratos, um de condução de 20" e um de ataque de 16" , tamanho de bumbo 16" e oito afinação / 1º tom 10" e seis afinação/ 2º tom 12" seis afinação / 3º tom 14" e seis afinação e a caixa de 14" também com seis afinação	2.499,25	2.499,25
07	01	JOGO DE PELE HIDRAULICA PARA BATERIA, CAIXA 14" TOM 10" 12" 14" E BUMBO 16"	499,81	499,81
VALOR TOTAL				R\$ 5.320,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO E DA VIGÊNCIA

§1.º - Os produtos a serem fornecidos pela CONTRATADA na forma da cláusula segunda supra, deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias à contar da expedição da autorização para execução dos mesmos a ser emitida pelo CONTRATANTE, nas condições descritas no processo de Pregão Presencial n.º 021/2018.

§2.º- O presente Contrato terá a vigência, para consecução do objeto em Clausula Segunda, até 31 de dezembro de 2018 contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente (art. 57 e ss. c/c art. 65 e ss. da Lei nº 8.666/93).

§3.º- A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada por solicitação do Contratante mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

CLÁUSULA QUARTA-DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1.º- Para a consecução dos objetivos previstos no presente instrumento, o CONTRATANTE efetuará o pagamento no preço ofertado, em moeda corrente nacional, sendo o valor global de **R\$ 5.320,00(cinco mil trezentos e vinte reais)**, até o 15º dia útil subsequente ao vencido, após a expedição da nota fiscal, a nota fiscal deverá ser emitida no CNPJ da secretaria solicitante, na qual deverão estar inseridos os dados correspondentes ao presente certame, conforme proposta classificada da CONTRATADA, devidamente adjudicada e homologada, através de crédito em conta corrente, de acordo com a fatura/recibo/nota fiscal apresentada, atestada e vistada pelo Órgão solicitante, ou diretamente na Tesouraria da Prefeitura Municipal.

Todas as notas deverão ser emitidas no CNPJ da secretaria solicitante ou dos Fundos Municipais, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 12.047.303/0001-49
AV.: GUAÍRA, 153, CENTRO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 09.160.055/0001-33
AV.: FREI ULRICO, 137, CENTRO



PREFEITURA DE MIRADOR

CEP: 87.840-000
MIRADOR – PARANÁ
LEI Nº. 038/2007

CEP: 87.840-000
MIRADOR - PARANÁ
LEI Nº. 020/2007

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FMMA
CNPJ: 23.001.998/0001-44
AV.: GUAÍRA, 153, CENTRO
CEP: 87.840-000
MIRADOR – PARANÁ
LEI Nº. 391/2017

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – FMDI
CNPJ: 27-959-353/0001-70
AV.: GUAÍRA, 153, CENTRO
CEP: 87.840-000
MIRADOR – PARANÁ
LEI Nº. 382/2017

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
CNPJ: 21.203.774/0001-90
AV.: GUAÍRA, 153, CENTRO
CEP: 87.840-000
MIRADOR – PARANÁ
LEI Nº. 102/2010

§2.º- Em ocorrendo atraso no pagamento devido pela Administração superior ao prazo estabelecido no art. 78, inc. XV, da Lei Federal n.º 8.666/93, fica assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

§3.º- O preço estabelecido deverá ser fixo e irrevogável, garantindo-se, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do art. 65, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto será recebido pela CONTRATANTE na forma e prazos estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 73, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os recursos financeiros necessários à satisfação do objeto do presente contrato serão garantidos por dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário, sob as rubricas orçamentárias:

RED.	DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SALDO DISPONÍVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Material para Manutenção de Bens Móveis - 33.90.30.25.00.00				
233	05.002.08.244.0013.2022	33.90.30.25.00.00	934	R\$ 1.462,00
Instrumentos Musicais e Artísticos - 44.90.52.26.00.00				
245	05.002.08.244.0013.2022	44.90.52.26.00.00	934	R\$ 4.200,00
TOTAL GERAL DE DOTAÇÃO				R\$ 5.662,00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

Nos termos do artigo 56 “caput” da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, não será exigida da CONTRATADA a prestação de garantias.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS, RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

§1.º – Ao CONTRATANTE fica assegurado o direito de requerer a rescisão do presente contrato, em ocorrendo quaisquer das hipóteses fáticas de tratam os artigos 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993.

§2.º – À CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:



- a. Multa administrativa, graduável, conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total, o equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções.
- b. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e
- c. Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§3.º - Na hipótese de aplicação de multa, esta será de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato e será cobrada por infração cometida, até o valor máximo acumulado de 5% (cinco por cento), cujo valor será descontado do valor de eventuais créditos de produtos já prestados pela CONTRATADA ou, ainda, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO LEGAL

O presente contrato vincula-se aos termos do **Pregão Presencial nº 021/2018**, bem como à proposta homologada e adjudicada à CONTRATADA, assim como aos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA obriga a manter-se, durante o prazo de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial nº 021/2018**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

§1.º - O presente instrumento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas aqui avençadas e as normas da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 10.520/02, bem como com as disposições do **Pregão Presencial nº 021/2018**, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

§1.º - Caberá ao Fiscal do Contrato, o acompanhamento da entrega dos produtos ou da prestação serviços, por servidor do Município de Mirador, especialmente designado na forma do artigo 67, da Lei nº 8.666/93:

§2.º - Para acompanhamento e fiscalização do objeto, fica indicado a servidora **GLEICE PEREIRA DOS SANTOS** – CONFORME PORTARIA Nº 011/2018;

§3.º - Caberá ao fiscal o acompanhamento da execução contratual, informando ao seu superior às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato;

§4.º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa;

§5.º - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da **CONTRATANTE**, não elide nem diminui a responsabilidade do **CONTRATADO** quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

§6.º - O **CONTRATADO** deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

§1.º – O presente contrato não terá reajuste no período de sua vigência, podendo sofrer correção somente se houver prorrogação do contrato, baseado nos índices IPCA do IBGE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro previsto no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

§2.º - É vedada à contratada, a subcontratação, total ou parcial da prestação do serviço, permanecendo como a única responsável perante o Município de Mirador/PR.

§3.º - A contratada suportará todos os encargos de natureza trabalhista, acidentária, previdenciária, administrativa, bem assim os tributos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

§4.º - Os casos omissos serão resolvidos pela comissão de licitação, tomando-se por base a legislação, a



jurisprudência e a doutrina, aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Por força de disposição legal, fica eleito o foro da Comarca de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, como competente para a solução de qualquer questão oriunda do presente contrato, dispensando outros por mais privilegiado que sejam.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias digitadas de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que também o firmam.

Mirador/PR, 07 de Março de 2018.

Reinaldo Pinheiro da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL

Juliana de Almeida Farias Koshiba
FARIAS E KOSHIBA COMERCIAL LTDA-ME

Graciél José Neto
CPF: 516.128.959-72

Mirian Estrada
CPF: 026.696.699-30